



Perfil Socioeconômico do Município de Cunha Porã/SC

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

C182 Camfield, Claudio Eduardo Ramos et al.
Perfil Socioeconômico do Município de Cunha Porã/SC: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Claudio Eduardo Ramos Camfield, Nilson Luiz Costa, Enio Giotto, Gabriel Nunes de Oliveira, Júlia Laize Bandeira Calgaro, Saionara da Silva. - Palmeira das Missões/RS, 2019.
37 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. II.Costa, Nilson Luiz. III.Giotto,Enio. IV.Oliveira, Gabriel Nunes de. V.Calgaro,Júlia Laize Bandeira. VI.Silva,Saionara da.

CDU 338.1



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Gustavo Pereira Fortes
Jocler Moresco
Leocácio Gallo Paloschi
Sérgio Luiz Triches
Valéria Maria Zanatta Senger
Walmor Liberalesso
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

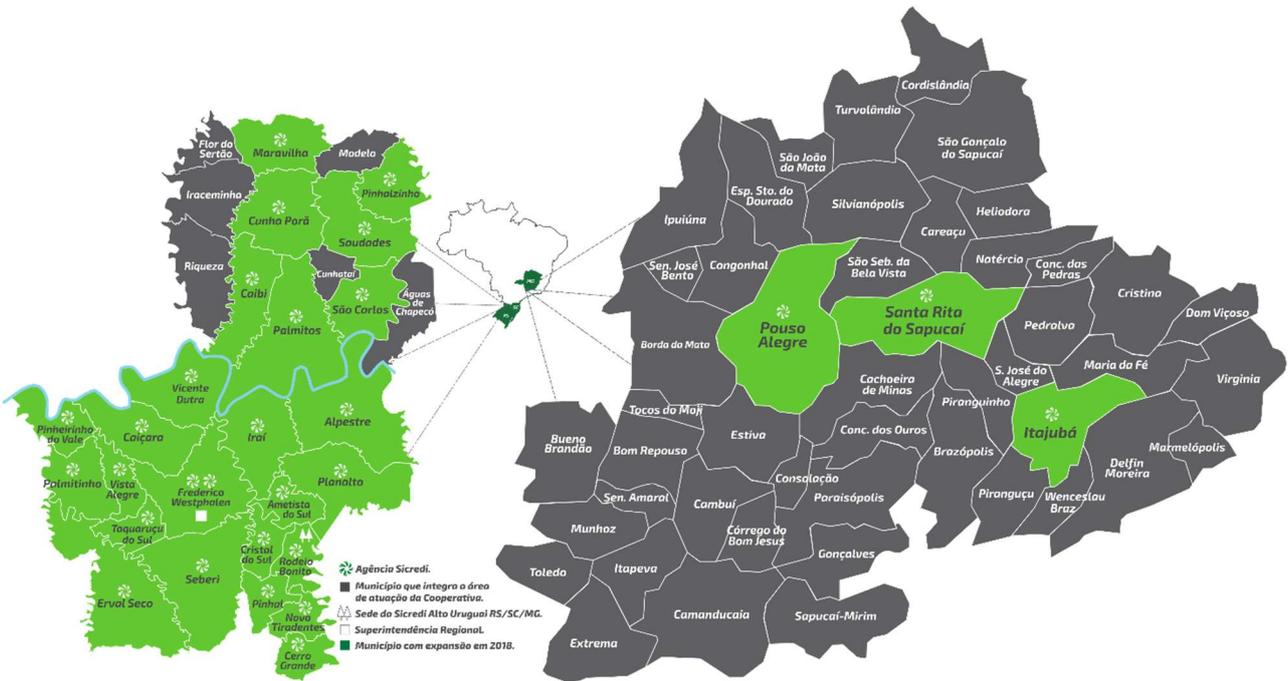
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Cunha Porã	8
2.2.1. Análise da Evolução do Produto Interno Bruto e da Estrutura Empresarial	9
2.2.2. Análise da Evolução do Mercado Formal de Trabalho	12
2.2.3. Análise da Evolução da Produção Agropecuária	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	24
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	24
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	25
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	26
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	27
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	29
3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Cunha Porã/SC** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico e ambiental do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das pessoas e entidades desta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentada uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Cunha Porã/SC (2019), o município está situado na mesorregião Oeste de Santa Catarina, distante 620 Km da capital do estado, Florianópolis. Possui limites com os municípios de Maravilha e Modelo ao Norte, Palmitos, Caibi, Cunhataí e Riqueza ao Sul, Iraceminha ao Oeste e ao Leste com Saudades.

Segundo a Lei nº 348 de 21 de junho de 1958, o município de Cunha Porã foi emancipado, desmembrando-se de Palmitos, e possui 217,87 Km quadrados. O nome do município surgiu por meio do engenheiro alemão Carlos Culmey, que já havia designado este mesmo nome a um povoado argentino.

O município possui clima subtropical e está a uma altitude média de 570 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 26°53'37" ao Sul do Trópico de Capricórnio e longitude de 53°10'05" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu com os colonos vindos do Rio Grande do Sul no ano de 1929, entretanto, oficialmente tem-se como 1930 o ano da colonização do local, pois nesse ano foi derrubada a primeira árvore onde hoje é Cunha Porã, tornando-se um marco na história do município (Prefeitura Municipal de Cunha Porã/SC, 2019).

Neste ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 11.086 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 10.613 habitantes.

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Urbano	3.138	60%	3.381	63%	6.519	61%
Rural	2.120	40%	1.974	37%	4.094	39%
Total	5.258	100%	5.355	100%	10.613	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, cerca de 61% da população de Cunha Porã vive na zona urbana, fato que implica na predominância de atividades não rurais no município, como comércio, serviços e indústria.

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 19% tem até 14 anos, 25% de 15 a 29 anos, 41% de 30 a 59 anos e 15% 60 anos ou mais.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	998	18,99	1.019	19,03	2.017	19
15-29 anos	1.358	25,84	1.287	24,03	2.645	25
30-59 anos	2.187	41,61	2.157	40,28	4.344	41
60 ou mais	713	13,56	892	16,66	1.605	15
Totais	5.256	100,00	5.355	100,00	10.611	100

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Na Tabela 2 observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Cunha Porã

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

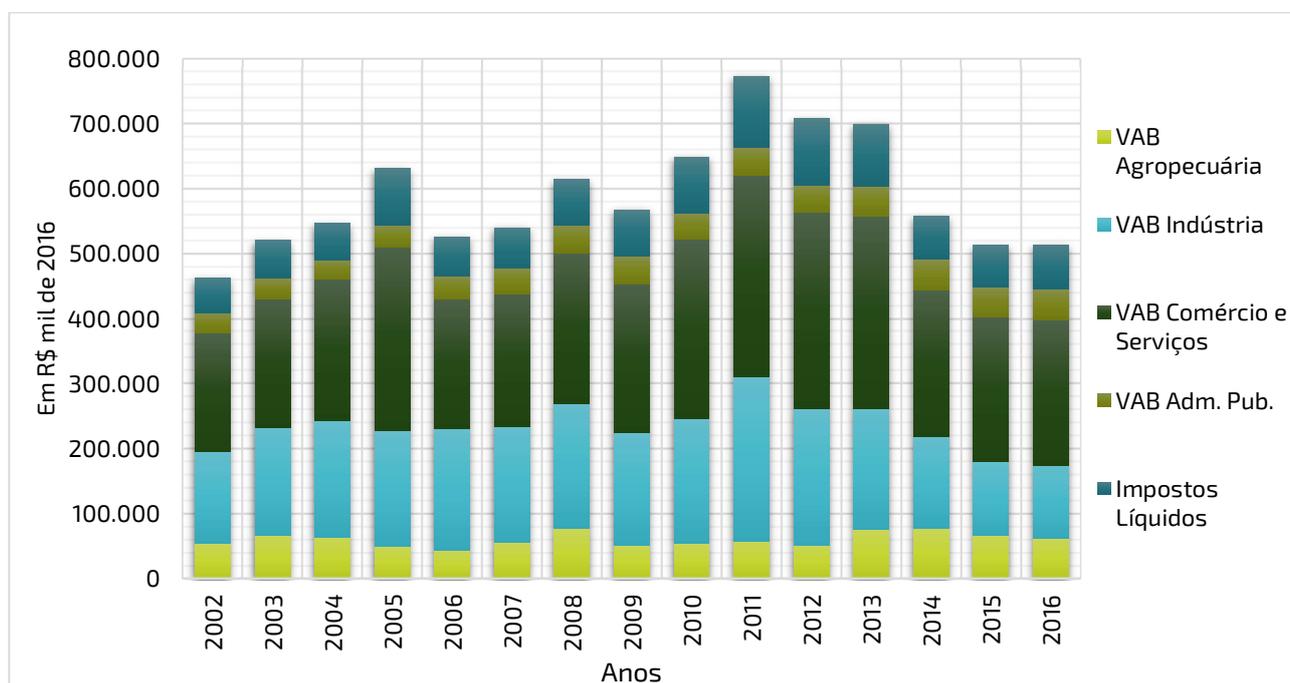
2.2.1. Análise da Evolução do Produto Interno Bruto e da Estrutura Empresarial

Entre 2002 e 2011 o PIB Real do município evoluiu de R\$ 464 milhões para R\$ 773 milhões. A partir de então, entrou em tendência de baixa e encerrou 2015 em R\$ 512 milhões e voltou a crescer em 2016, chegando a R\$ 513 milhões

Em todo o período, o setor da indústria, de comércio e serviços (exclusive da administração pública) se constituíram como os segmentos com maior capacidade de geração de riquezas.

A partir de 2014, observou-se uma retração dos setores agropecuário e industrial. O primeiro oscilou de R\$ 309 milhões para R\$ 224 milhões e o segundo (indústria), de R\$ 253 milhões pra R\$ 112 milhões, o que impactou significativamente no PIB município de Cunha Porã/RS (Figura 2).

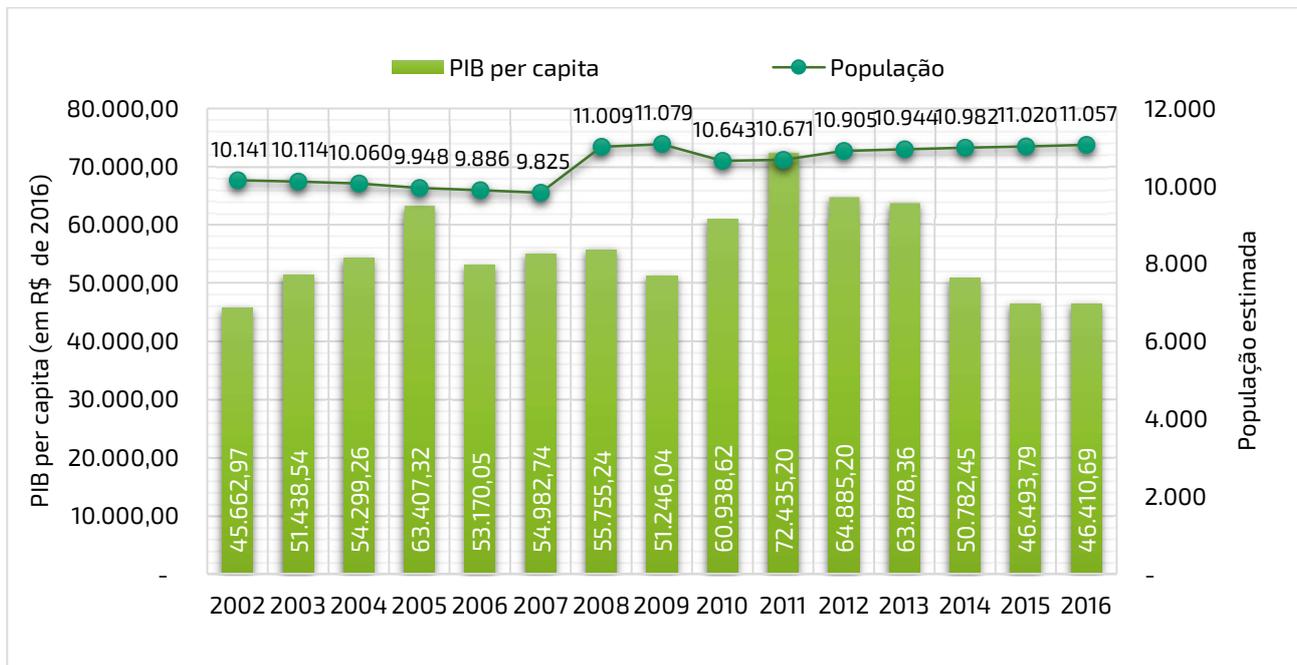
Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

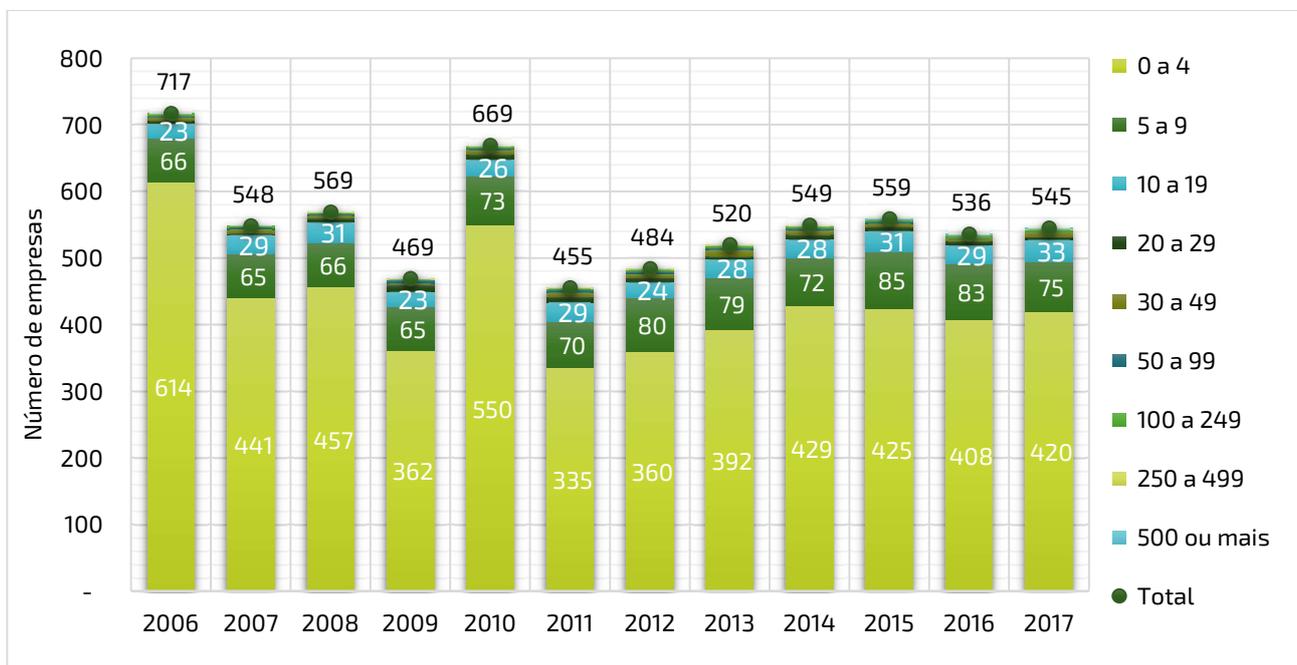
Do início do período analisado (2002) até 2011, o PIB Real *per capita* evoluiu de R\$ 45.662,97 para R\$ 72.435,20, vindo a decrescer nos anos seguintes, fechando em 2016 com R\$ 46.410,69. Destaca-se, na Figura 3, que houve redução na renda média nos últimos anos

Figura 3. Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



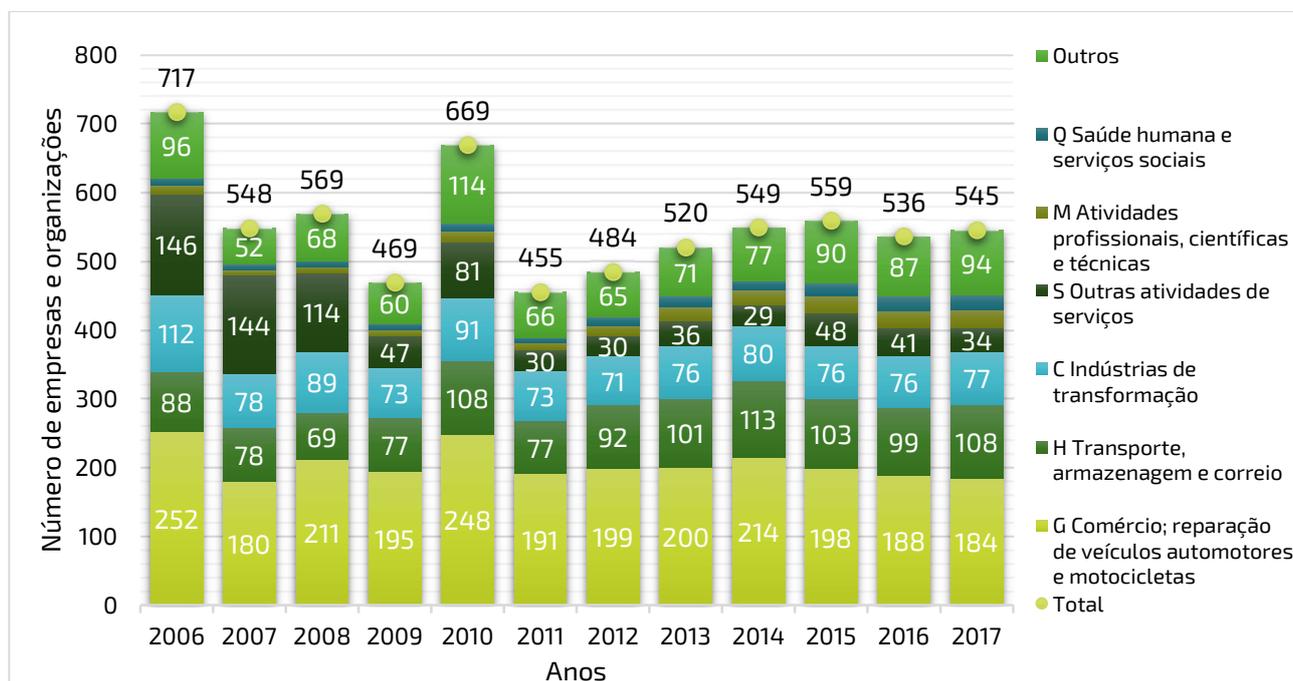
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos gerais, a atividade empresarial no município (Figura 4) é composta principalmente por empresas que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas

representam 78% das empresas do município. Em 2017, 125 empresas empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 75 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados.

Na Figura 5 apresenta-se a evolução no número de empresas de todos os segmentos da economia municipal. O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas (184, equivalente a 34% do total), mas entre 2011 e 2017 é possível observar uma pequena redução neste setor.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Por outro lado, observou-se crescimento no número de empresas no segmento de transporte e armazenagem (108, equivalente a 20% do total em 2017), assim como de Saúde humana e Serviços sociais (representando 4% em 2017).

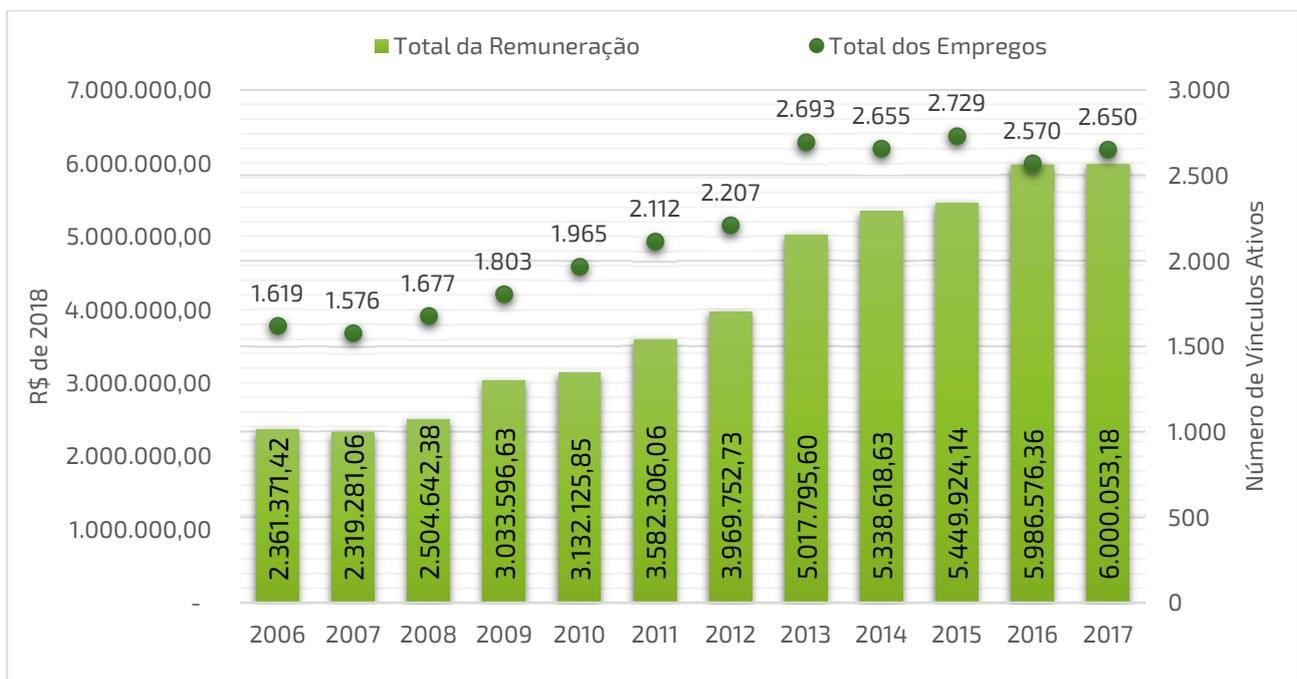
O grupo "M", que representa atividades profissionais, científicas e técnicas, apesar de algumas oscilações, vem experimentando um incremento até 2017, com um crescimento de 108% de 2006 a 2017. Destaca-se também a indústria de transformação que, apesar de sofrer uma queda na participação na maioria dos anos, ainda é responsável por 14% do total de empresas no município.

Portanto, observa-se que principalmente transportes, cultura e esportes, indústria de transformação, transporte e comércio foram os principais responsáveis pelo crescimento econômico do município em 2017, no que tange ao meio empresarial, representando 68% do total de empresas.

2.2.2. Análise da Evolução do Mercado Formal de Trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Figura 6. Número de empregos formais e remuneração mensal (em R\$ de 2018): 2006 a 2017



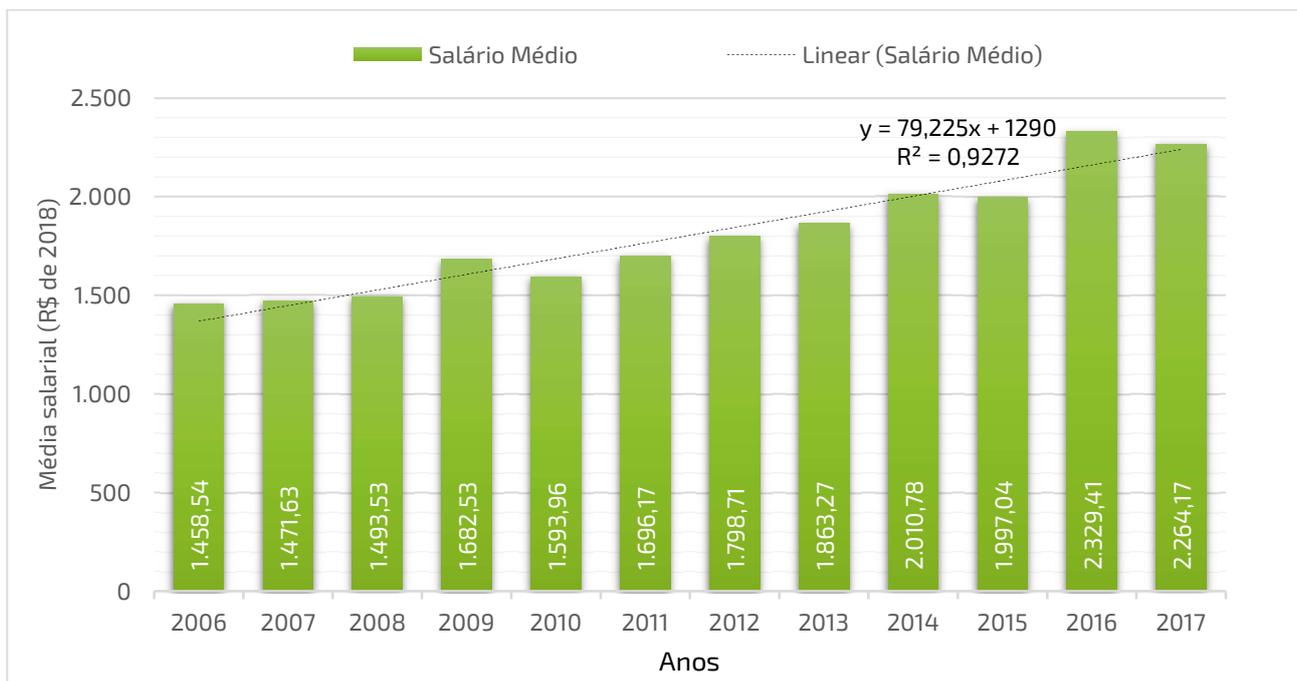
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 1.619 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 2,3 milhões em 2006 para 2.650 postos de trabalho em 2017, com um total de

remuneração de R\$ 6 milhões em 2017. Sendo que o maior quantitativo de postos de trabalho (2.729) se deu no ano de 2015, enquanto o menor foi no ano de 2007.

Na Figura 7 demonstra-se a remuneração média desses postos de trabalho, onde se observa um crescimento de R\$ 1.458,54 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.264,17 em 2017. Isso representou uma valorização nos salários médios praticados no município.

Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017

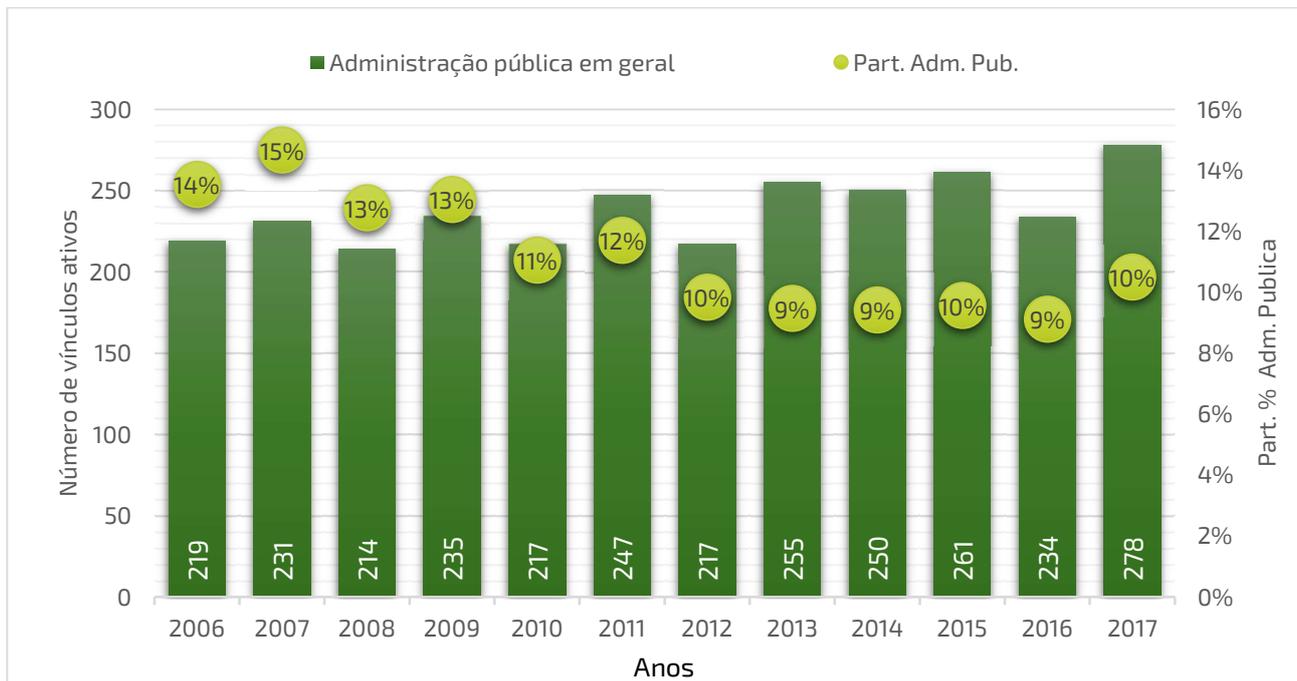


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

No ano de 2016, teve-se o maior salário médio por trabalhador (R\$ 2.329,41), enquanto em 2006 o menor. A reta linear "Salário Médio" mostra uma clara tendência de crescimento no salário médio praticado no município.

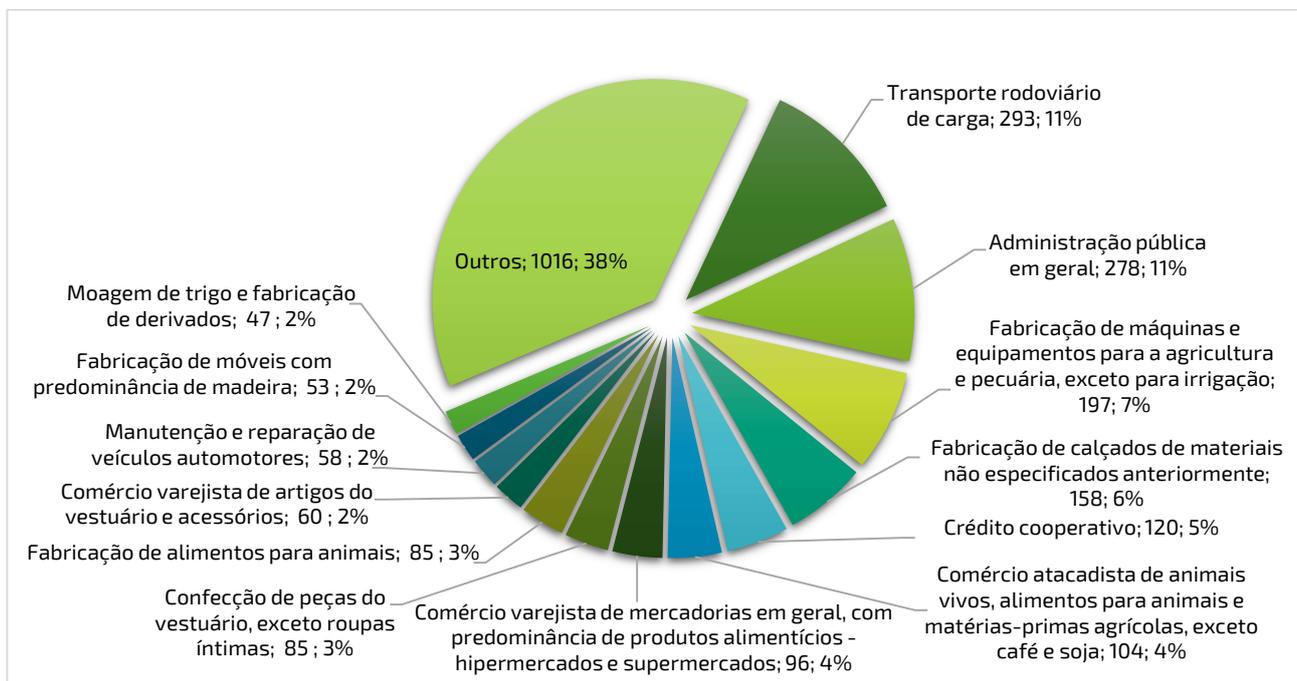
Na Figura 8 demonstra-se a participação dos postos de trabalho no setor público na economia do município. Observa-se que a participação deste segmento se situou entre 9% e 15% ao longo do período estudado. No entanto, a oferta de postos de trabalho no setor público aumentou 27%, de 219 em 2006 para 278 em 2017. Por outro lado, a oferta de postos de trabalho pelo setor privado cresceu 69%, de 1.400 para 2.372 no mesmo período.

Figura 8. Número de empregos da Administração Pública em Geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 9 é possível verificar a estratificação dos empregos segundo as diversas áreas de atividade econômica no município, em que cerca de 11% dos postos de trabalho estão

vinculados a empresas privadas ligadas ao transporte rodoviário de carga. A administração pública geral que compreende as atividades executivas e legislativas nas três esferas de governo também gerou 11% dos empregos formais no ano de 2017.

Por fim, destaca-se que entre 2006 e 2017 foi possível identificar a geração de 1.031 novos postos de trabalho, sendo os principais, 193 na fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação, 175 no transporte rodoviário de carga, 158 na fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente, 85 na Fabricação de alimentos para animais, 83 no crédito cooperativo, 67 no comércio varejista de mercadorias em geral, 37 na manutenção e reparação de veículos automotores e 22 no comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.

2.2.3. Análise da Evolução da Produção Agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades. Cerca de 87,68% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares)⁴ e concentram cerca de 63,85% da área. 10,59% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 23,4% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 99% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 92% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	1722,00	13438,44	87,68	63,85
1-2	208,00	4924,38	10,59	23,40
2-3	23,00	949,97	1,17	4,51
3-4	7,00	452,86	0,36	2,15
4-5	0,00	0,00	0,00	0,00

⁴ Um módulo fiscal em Cerro Grande equivale a 20 hectares

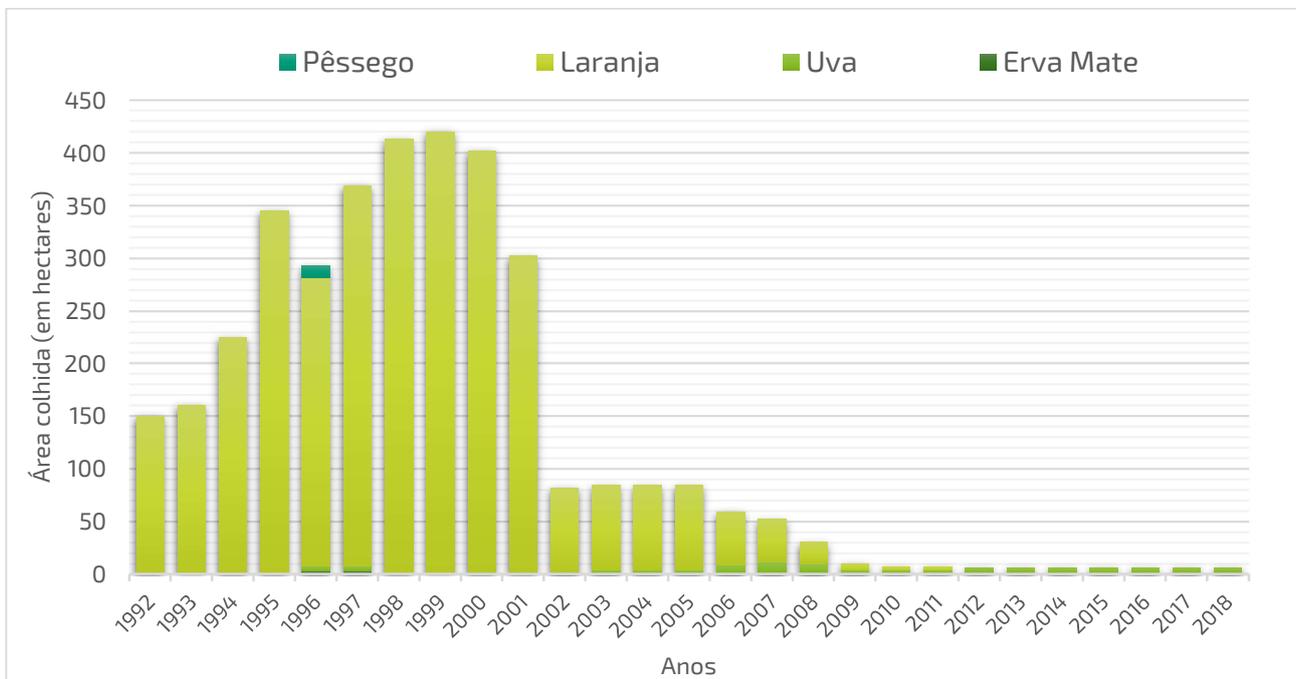
5-6	0,00	0,00	0,00	0,00
6-7	0,00	0,00	0,00	0,00
7-8	2,00	282,87	0,10	1,34
8-9	0,00	0,00	0,00	0,00
9-10	0,00	0,00	0,00	0,00
10-11	2,00	996,75	0,10	4,74
	1964	21045,26	100,00	99,99

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 1.280 hectares para culturas perenes e 6.398 para a lavoura temporária.

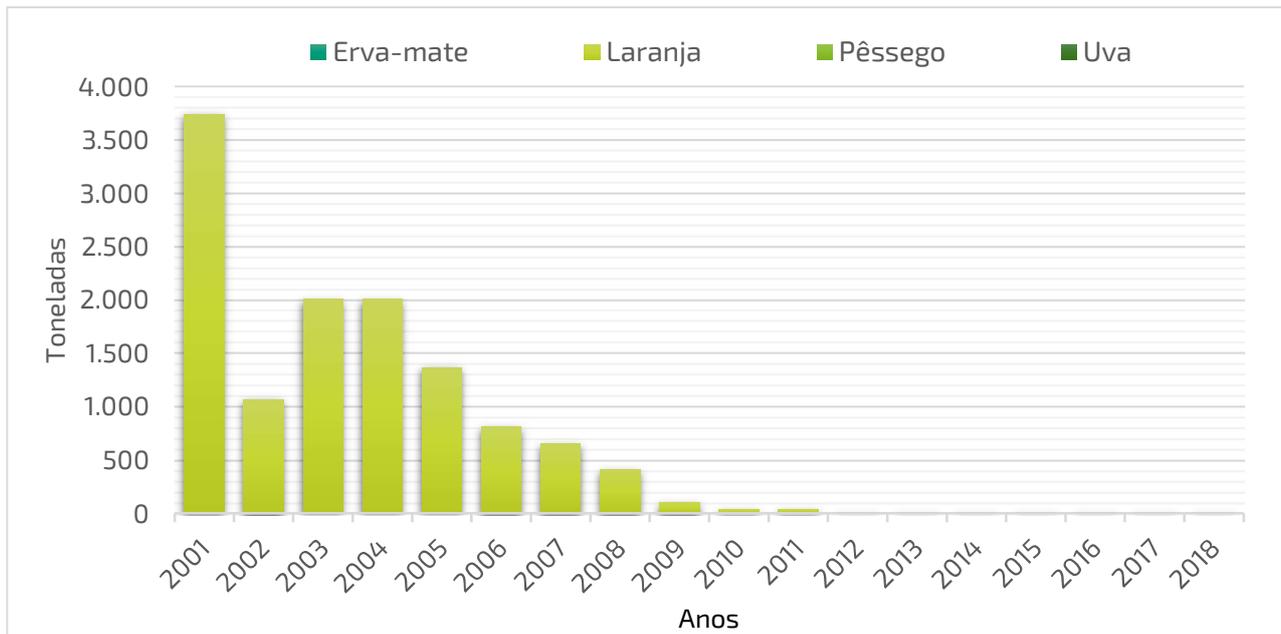
A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente não é o forte do município, pois, conforme se pode observar na Figura 10, existe uma descontinuidade das culturas de frutos, como, por exemplo, o caso do cultivo da laranja. Foram colhidos 150 hectares da fruta em 1992, entretanto, em 2011 somente 3 hectares foram colhidos, após foi interrompido o cultivo dessa cultura.

Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1992 – 2018

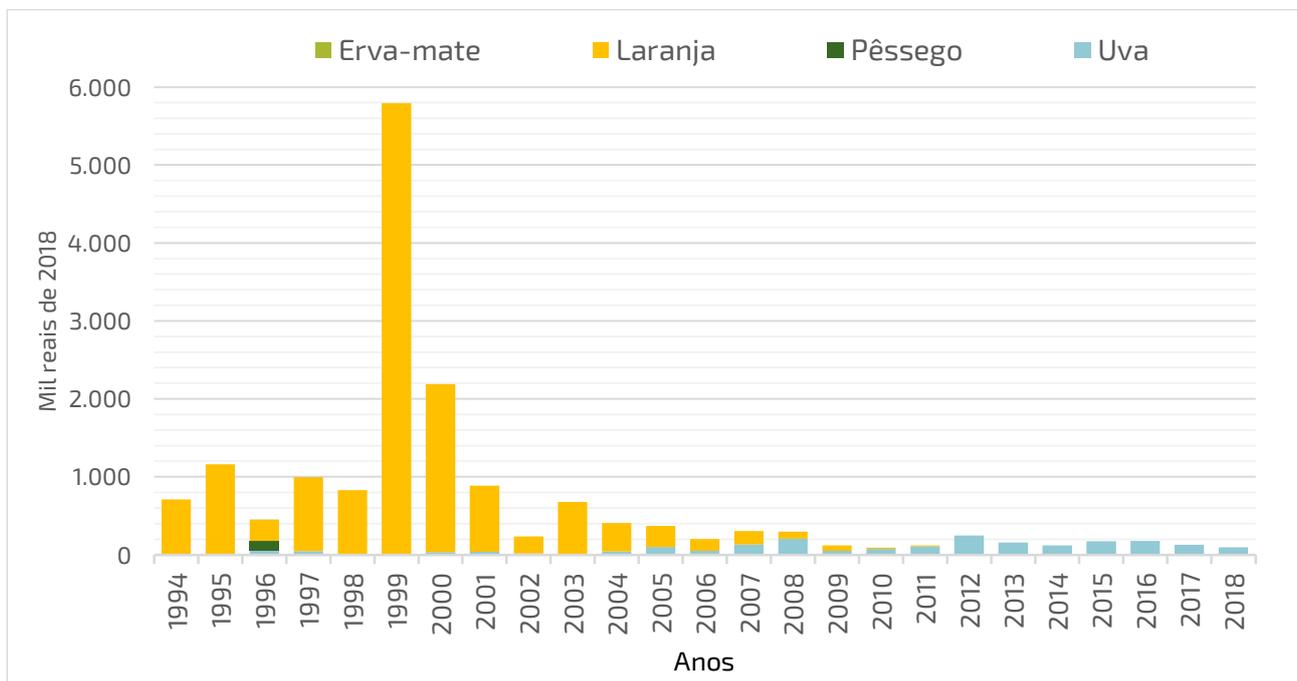


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A Figura 11 permite observar a redução significativa no global da produção da lavoura permanente e a forte descontinuidade deste segmento.

Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 2001 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Pode-se observar na Figura 12 o comportamento do valor da Produção da Lavoura Permanente deflacionado pelo IGP-DI base de 2018.

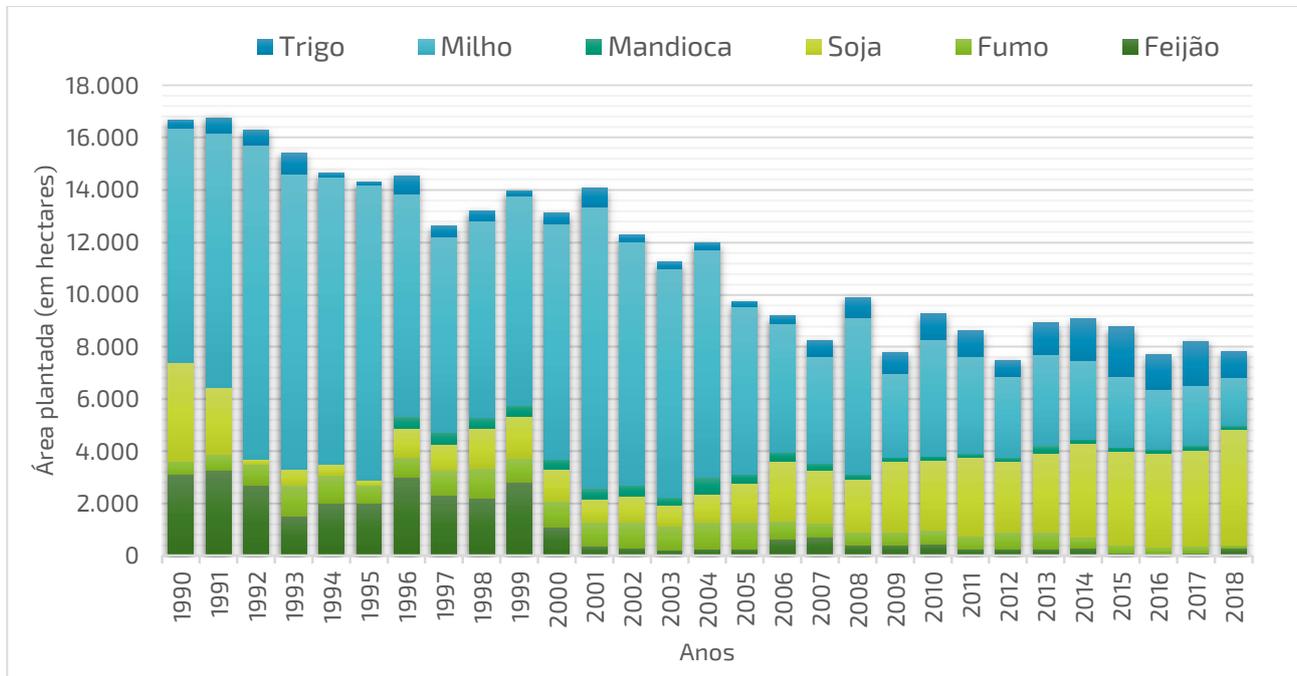
Em todos os casos, pode-se observar uma redução do valor da produção da lavoura permanente (Figura 12), decorrente da redução das áreas produzidas (Figura 10).

Em relação à lavoura temporária, verificou-se (Figura 13) que as áreas de milho e de soja se constituem como as principais culturas por apresentarem as maiores áreas plantadas.

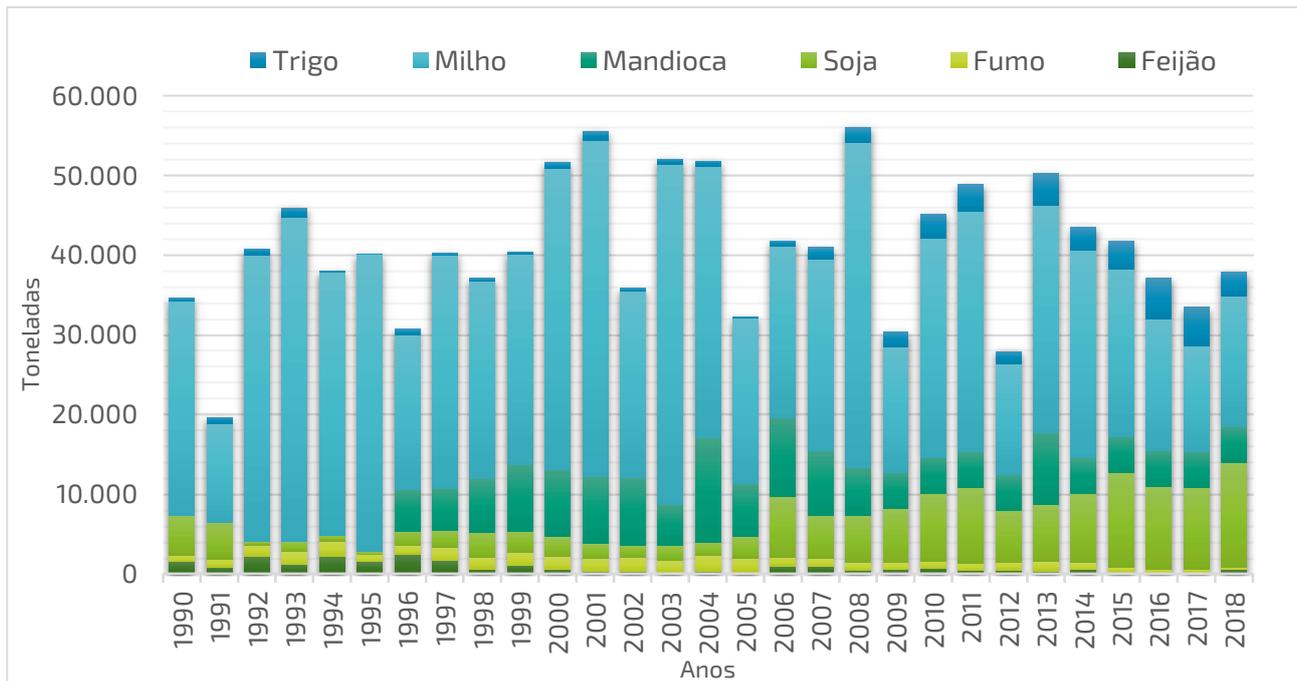
No caso das áreas de milho, é perceptível a tendência de redução. Em 1990 contava com 9 mil hectares e em 2018 a área foi de 1,84 mil hectares (decrécimo de área plantada de 80%).

A área plantada de feijão também foi reduzida no município, pois em 1990 era de 3,1 mil hectares e em 2018 passou a ser de 270 hectares, o que revela um decréscimo de 91%. Por outro lado, a área plantada de trigo cresceu 233%, assim como a de soja (17%) nestes 18 anos de análise. O município conta também com pequenas áreas de plantio de fumo e mandioca, as quais não tem grande representatividade se comparadas com as demais culturas.

Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

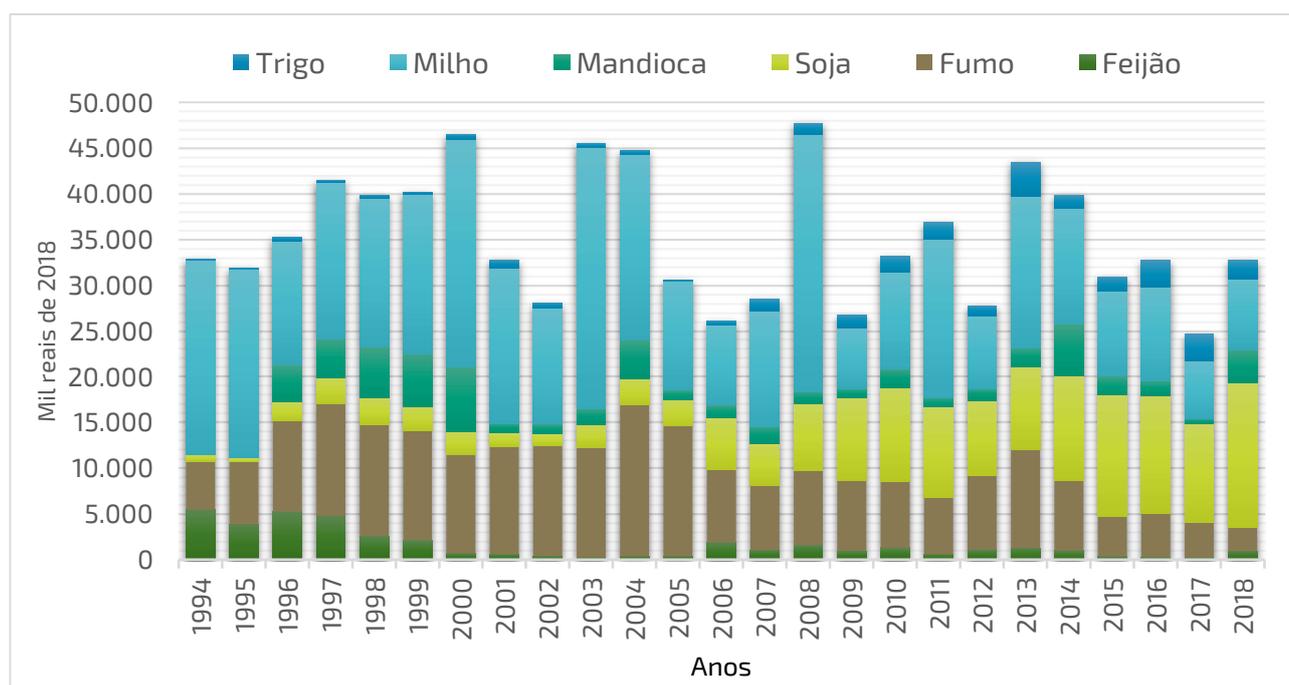
Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Na Figura 14 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção de milho (que passou de 27 mil toneladas em 1990 a 16,3 mil toneladas em 2018) e de soja (de 4,9 mil toneladas em 1990 a 13,2 mil toneladas em 2018).

Soja e trigo, tiveram suas produtividades aumentadas de 1990 a 2018 em 4,9 t/ha para 13,2 t/ha e 315 kg para 3 t/ha, respectivamente. Por outro lado, fumo, milho e feijão, tiveram suas produtividades reduzidas em 60%, 39% e 69%, respectivamente.

A cultura da mandioca apresentou oscilações em todo o período analisado, partindo de uma produção de 5,2 t/ha em 1996 finalizando em 2018 com 4,5 t/ha, ou seja, uma redução de 14%.

Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos reais⁵, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor global da produção da lavoura temporária já alcançou cerca de R\$ 38,3 milhões em 2012 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 31,6 milhões. A produção de milho foi a principal responsável por essa retração, sofreu um revés de aproximadamente R\$ 12,5 milhões (passou de R\$ 22,5 milhões em 2012 para R\$ 10 milhões em 2018). Cabe observar que no período de 1998 a 2018 houve oscilações, com períodos de aumento do valor da produção, como por exemplo a soja, o fumo e o trigo, assim como de queda, tendo como exemplo o feijão.

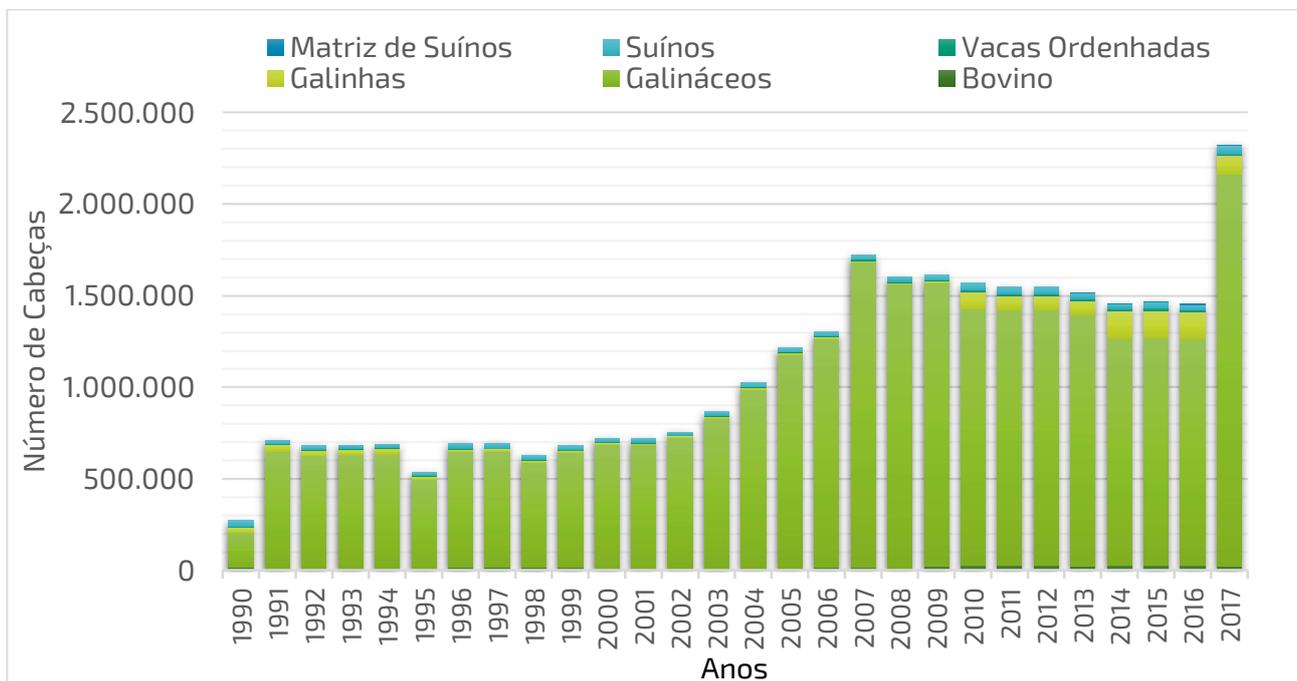
Em 2018, a cultura da soja foi a que alcançou o maior valor de produção, fechando o ano em R\$ 15,8 milhões. A segunda cultura temporária em termos de valor da produção foi a do milho, que fechou 2018 em R\$ 7,8 milhões. Em seguida, a mandioca (R\$ 3,6 milhões) e o fumo (R\$ 2,5 milhões) e o trigo (R\$ 2 milhões) os quais constituem o mosaico da lavoura temporária no município.

Destaca-se a redução no valor da produção do fumo e do milho e a elevação no valor da produção de soja no período analisado.

⁵ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, na Figura 16 mostra-se uma tendência de crescimento dos rebanhos entre 1990 e 2007, com algumas oscilações e quedas. Entre 2008 e 2016 a produção pecuária volta a decrescer, retomando o crescimento dos rebanhos em 2017, tendo como principal responsável os galináceos. Neste aspecto de evolução do rebanho, a categoria galináceos⁶ apresentou um crescimento de cerca de 1041% ao longo do período de 1990 a 2017, passando de 187,7 mil cabeças para 2,1 milhões.

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 – 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A categoria galinhas⁷, cresceu 242%, passando de 29,5 mil animais no ano de 1990 para 100,9 mil em 2017. Da mesma forma, o rebanho vacas ordenhadas obteve um crescimento de 148% no período analisado, passando de 3,4 mil para 8,5 mil cabeças. O rebanho de bovinos cresceu 39%, partindo de 15,3 para 21,2 mil. Quanto aos suínos, observou-se

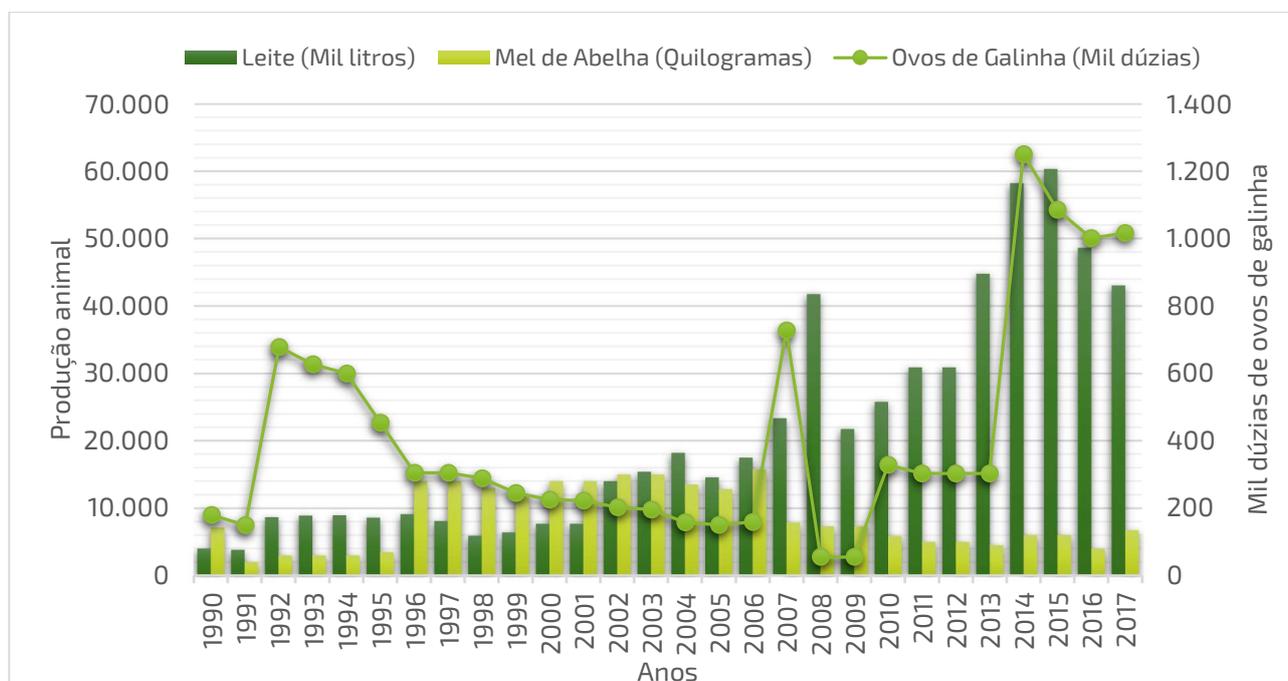
⁶ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

⁷ Segundo o IBGE, a categoria "galinhas" engloba as aves fêmeas da espécie Gallus gallus destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

também um crescimento no rebanho, onde em 1990 o município contava com 33,5 mil cabeças e em 2018 com 47,3 mil, auferindo um aumento de 41% neste rebanho.

Tendo por base a Figura 17 é possível observar que em 1990 a produção leiteira no município iniciou uma expansão, alcançando 41,7 milhões de litros de leite em 2008, 44,7 milhões de litros em 2013 e atingindo o topo de produção em 2015 com 60,3 milhões de litros. Nos anos seguintes a produção leiteira decresceu, chegando em 2017 com 43 milhões de litros de leite, entretanto, a produtividade aumentou, tendo um resultado de 16,94 litros/vaca/dia ordenhada. Estes dados revelam uma variação de 976% na produtividade durante todo o período analisado no segmento leiteiro no município, deixando o mesmo acima da média do estado, que é de 8,59 litros/vaca/dia⁸.

Figura 17. Produção animal: 1990 – 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A produção municipal de mel foi de 7,1 mil quilos em 1990, cresceu para 14 mil quilos até o ano de 1996, manteve-se por volta deste patamar até 2006, ano em que alcançou o volume mais alto de todo o período estudado, resultando em 15,7 mil quilos. A partir de

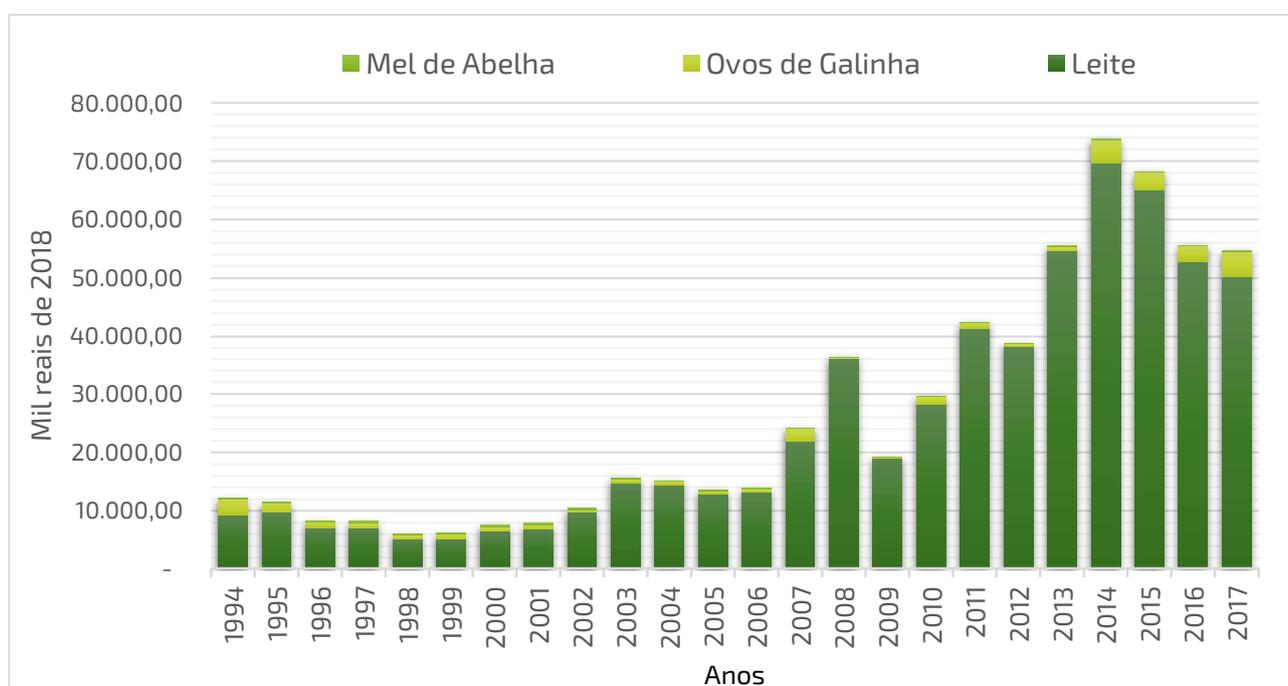
⁸<http://www.aliancalactea.org.br/dados-da-regiao/santa-catarina/>

2007 a produção de mel decresceu e atingiu o patamar de 4,5 mil quilos em 2013, mas voltou a crescer e fechou 2017 com volume de 6,7 mil quilos.

A produção de ovos aumentou nos primeiros anos, passando de 177 mil dúzias em 1990 para 1,2 milhão em 2014, mas reduziu e atingiu 1 milhão de dúzias em 2017.

A atividade leiteira é a de maior impacto no valor da produção animal, pois apesar de alguns períodos de baixa, apresenta crescimento consistente e evoluiu de R\$ 9,2 milhões para R\$ 69,7 no período 1994 a 2017 e encerrou 2017 com R\$ 50,1 milhões, conforme é possível verificar na Figura 18.

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1998 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Por sua vez, o valor da produção de ovos que, inicialmente atingiu o valor evoluiu de R\$ 2,7 milhões para R\$ 4,3 milhões no período analisado.

Em termos gerais, o valor da produção animal evoluiu de R\$ 11,9 milhões para R\$ 54,5 milhões entre 1994 e 2018, o que atesta a importância do setor agropecuário para o município.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

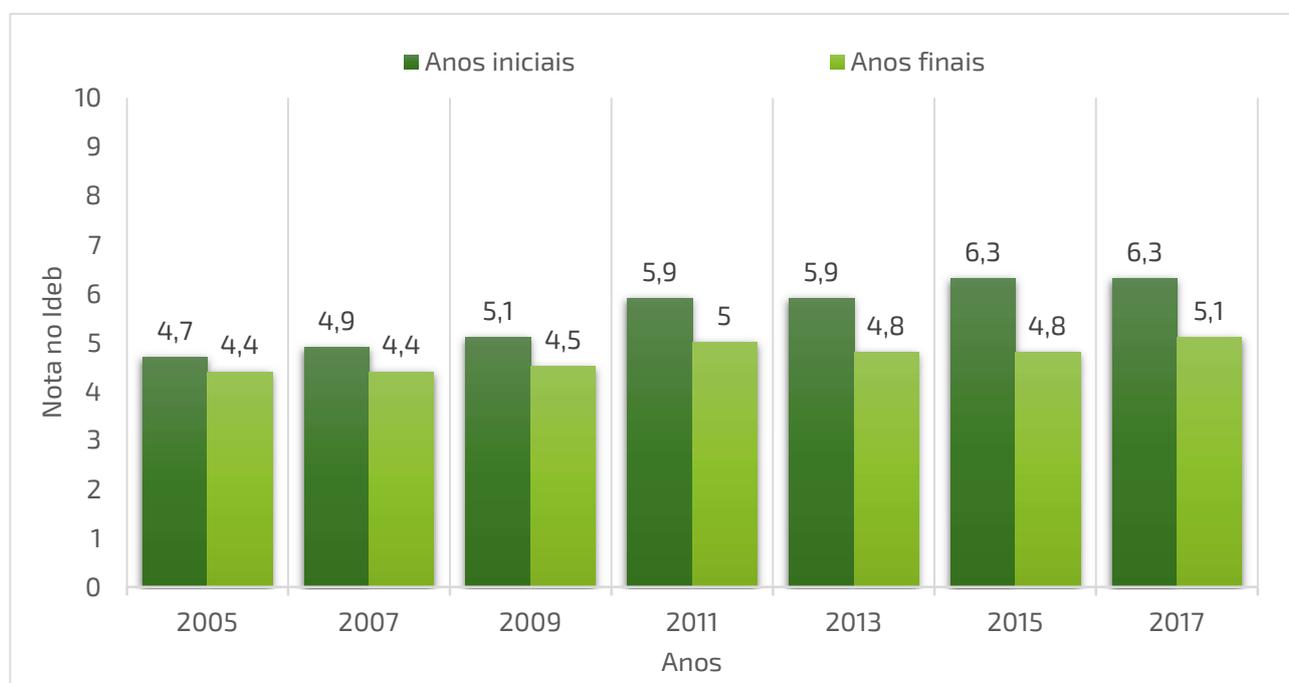
Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 99,3%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 1079 matrículas no ensino fundamental e 339 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 70 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 22 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 4 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

Figura 19. IDEB das escolas do município de Cunha Porã/SC: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁹ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19.

Neste sentido, pode-se perceber que a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente, partindo de 4,7 em 2005 até 2017, momento em que atingiu a nota 6,3.

Em relação aos anos finais da educação, pode-se perceber que o desempenho dos alunos do município durante o período estudado veio crescendo, partindo de um índice de 4,4 em 2005 para 5,1 em 2017, observando duas pequenas quedas, nos anos de 2013 e 2015.

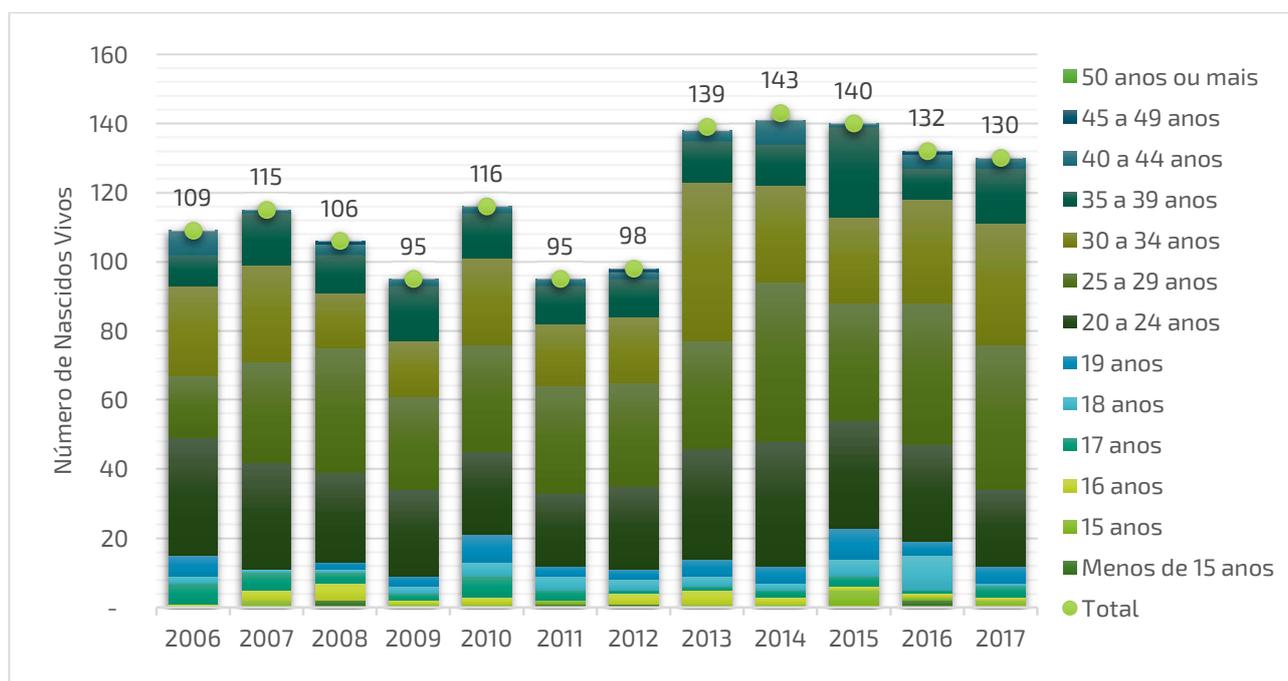
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta uma clara tendência de crescimento no número de nascimentos, partindo de 109 nascidos vivos em 2006 para 131 em 2017. Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos (Figura 20).

Em 2017 foram registrados seis partos em mães com menos de 18 anos, o que, apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados três partos de mães com mais de quarenta anos.

⁹ Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Cunha Porã/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 a taxa de mortalidade infantil foi de 22,9 e "A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 22.90 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 8.8 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 39 de 295 e 22 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 813 de 5570 e 325 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

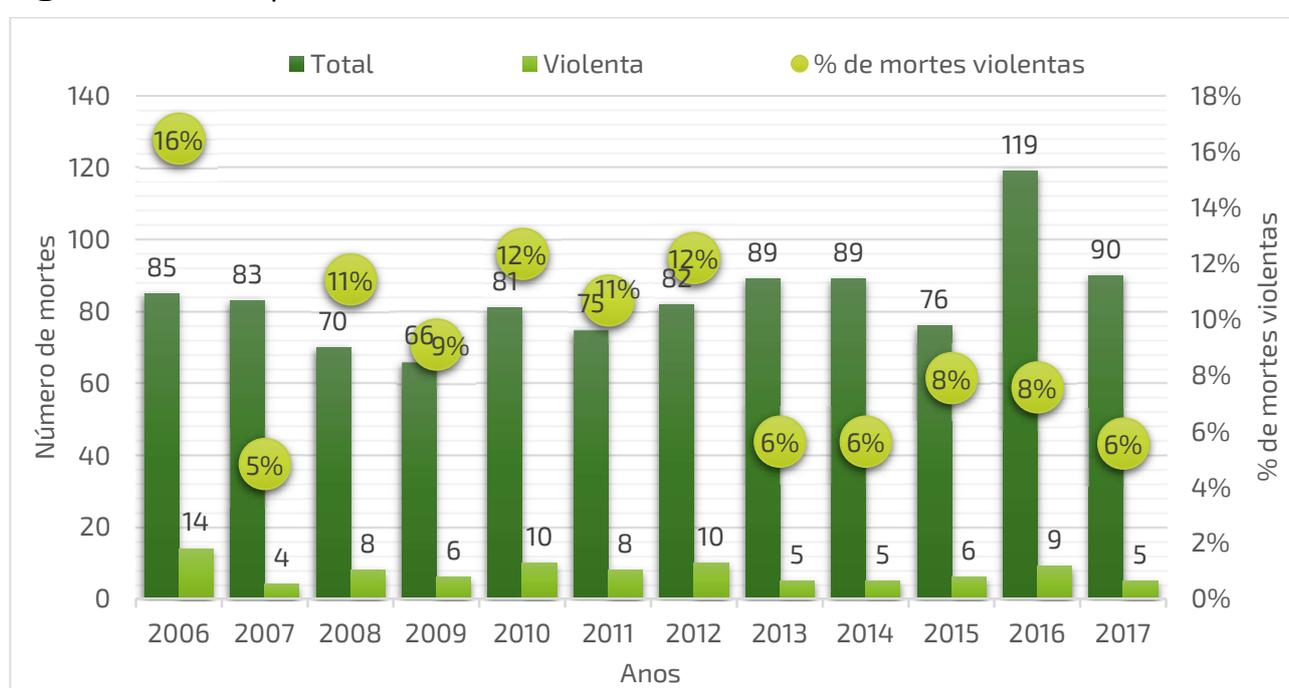
Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas decresceu de 16% em 2006 para 6% em 2017. Depois de 2006 os patamares mais altos ocorreram em 2010 e 2012, quando o município alcançou um índice de 12% de mortes violentas. Em contrapartida, no ano de 2007, teve-se 5% de mortes

violentas, menor percentual do período, em que, de 83 mortes ocorridas no ano, 4 foram de forma violenta (Figura 21).

O ano de 2006 foi o que apresentou a maior taxa de mortes violentas, 16% de um total de 85, demonstrando um vetor importante de violência. Entretanto, a partir de então, os indicadores ficaram mais próximos da média, que se aproxima dos 9%.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 1005 óbitos, dos quais 90 (9%) ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Cunha Porã/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 9% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM.

Neste sentido:

- a. Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- b. Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- c. Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- d. Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego e Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

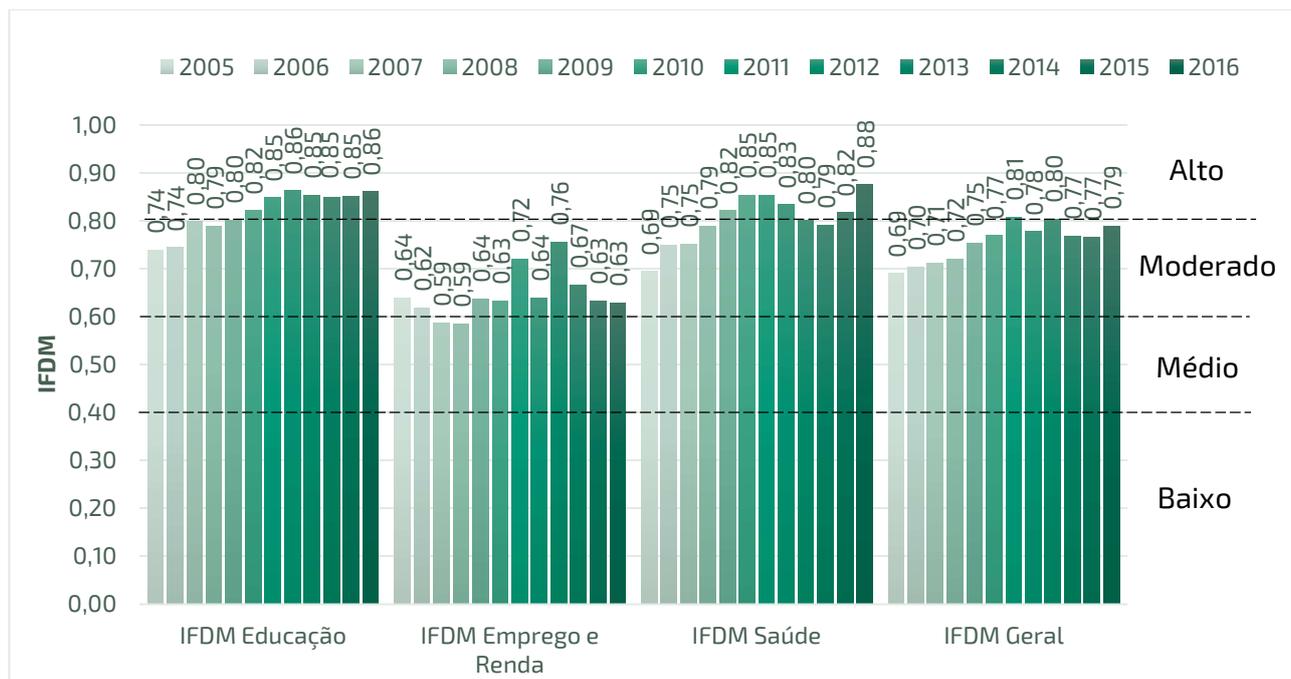
Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as

condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Observa-se que o município teve uma queda no emprego e renda de 2006 até 2008, retomando o crescimento de 2009 até 2013, voltando a cair até 2016. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Figura 22. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 – 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e ao rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Cunha Porã possui "24.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 96.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 26.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 242 de 295, 10 de 295 e 136 de 295, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3376 de 5570, 726 de 5570 e 1452 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 22 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 21 mil hectares.

Destes, 7,43% foi declarado como Área de Proteção Permanente (APP), 10,77% como Reserva Legal e 65,69% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil Ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	22.029,30	
Número de imóveis rurais	1964	
Área total dos imóveis rurais	21.045,27	95,53
Área média:	10,72	
Área mínima/máxima:	0,15 / 643,42	
APP	1.563,92	7,43
APP - Recomposição	82,71	0,39
Reserva Legal	2.266,37	10,77
Vegetação Nativa	2.869,45	13,63
Servidão Administrativa	195,85	0,93
Área Consolidada	13.825,52	65,69
Banhados	1	0
Número de Nascentes	84	0
Uso Restrito	9,06	0,04
Hidrografia	325,77	1,55
Topo de Morro	2,02	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	984,03	4,47

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	1.214	1.646,63	750	62	38
Área Consolidada	1.687	13.825,52	277	86	14
Banhado	1	1,00	1.963	0	100
Hidrografia	1.163	149,00	801	59	41
Nascente olho d'água	76	0,00	1.888	4	96
Reserva Legal	1.517	2.266,37	447	77	23
Servidão Administrativa	1.099	195,85	865	56	44
Uso Restrito	7	9,06	1.957	0	100
Vegetação Nativa	1.401	2.869,45	563	71	29
Área topo de morro	3	2,02			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – CERRO GRANDE					
Número Total de I.R.:	1.964	21.045,27			
Área Total do Município:		22.029,30			
% Área declarada/Área Município:		95,53			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Conforme se observa na Tabela 5, os dados permitem observar que dos 1.964 mil imóveis rurais, cerca de 62% mantém APP, 4% declarou ter olha d'água, 77% tem reserva legal e 71% conta com vegetação nativa.

3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como basilar para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**;
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região;
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado** regional, **nacional** e **global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento;
4. A **utilização** e **valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes;
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**;
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) Capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) Cooperar mais; c) Inovar mais; d)

Empreender mais; e) Sair da inércia, e f) Assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já estão em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ (SC). **MUNICÍPIO - CUNHA PORÃ/SC - APRESENTAÇÃO**. 2019. Disponível em: <https://www.cunhapora.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/12223> Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ (SC). **MUNICÍPIO - CUNHA PORÃ/SC - HISTÓRIA DO MUNICÍPIO**. 2019.. Disponível em: <https://www.cunhapora.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/12236> Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.